



CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS

Contato: (42) 3677-3414

Onde está localizado?

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), está localizado na Rua XV de Novembro, 388 - Centro.

Quais os dias e os horários de atendimento?

Funciona de segunda à sexta feira das 7:30h às 11:30h e 13:00h às 17:00h.

O que é CAPS?

O **Centro de Atenção Psicossocial – CAPS**, é serviço de saúde de caráter aberto e comunitário voltados aos atendimentos de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias, que se encontram em situações de crise ou em processos de reabilitação psicossocial. Nos estabelecimentos atuam equipes multiprofissionais, que empregam diferentes intervenções e estratégias de acolhimento, como psicoterapia, seguimento clínico em psiquiatria, reabilitação neuropsicológica, oficinas terapêuticas, medicação assistida, atendimentos familiares e domiciliares, entre outros. Os CAPS se constituem em 7 modalidades.

Qual a modalidade de CAPS disponível no Município?

Em nosso município contamos com o **CAPS I**, o qual presta Atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas; atende cidades e ou regiões com pelo menos 15 mil habitantes.

Qual é o objetivo do CAPS?

O objetivo dos CAPS é atender as pessoas com transtorno mental severo e persistente e seus familiares. A equipe profissional do Caps está habilitada para prestar o cuidado em atenção psicossocial, buscando preservar a cidadania da pessoa, o tratamento no território e seus vínculos sociais.

O município de Pinhão conta com CAPS Tipo I, referência para atendimento de pessoas de todas as faixas etárias, que apresentam sofrimento mental grave e persistente, e aqueles que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas em seu território de abrangência. É responsável pelo encaminhamento a outros pontos de atenção, incluindo internamentos em Hospitais habilitados para atendimento.

Quais os serviços ofertados no CAPS I em nosso município?

Atendimento médico com especialidade em psiquiatria, orientações, visitas domiciliares, atendimento familiar, oficinas terapêuticas e atividades de suporte social, psicoterapia, Serviço social, Serviços de enfermagem. Os pacientes que realizam tratamento no CAPS, recebem 3 (três) refeições diárias, são elas: café da manhã, almoço e lanche da tarde.

Como faço para ser atendido no CAPS?

Os atendimentos podem se dar através de encaminhamentos realizados por profissionais das unidades básicas de saúde, ou através da procura direta. O paciente que desejar pode procurar atendimento diretamente no CAPS, o mesmo será acolhido pela equipe para condutas de cuidados que se fizerem necessárias.



EQUIPE – CAPS I

PROFISSIONAL	CARGO	CARGA HORÁRIA
José Cleber Feliciando Ferreira	Médico Psiquiatra	20h
João Rubleski Junior	Enfermeiro Coordenador	40h
Edalcléia Soraya Cavalheiro	Assistente Social	30h
Marisse Ferreira Gomes	Psicóloga	40h
Vilson Antônio Prudente	Técnico em Enfermagem	40h
Silmara de Fátima Fabrício Pinto	Atendente Social	40h
Cleonice Maria Rosário	Servente de Limpeza	40h
Eridan Maria Diogo de Moraes	Assessor	40h
Edison Antonio dos Santos	Motorista	40h
Patricia Iensen	Servente de Limpeza	40h
Ana Flávia Mattos do Nascimento	Estagiária	30h
Kauane Camargo de Oliveira	Estagiária	20h



LEGISLAÇÕES QUE DISPÕEM SOBRE ATENÇÃO PSIQUIÁTRICA NO BRASIL

Federal:

- **Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001** - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
- **Lei Nº 10.708, de 31 de julho de 2003** - Institui o auxílio reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações.
- **Portaria Nº 2.391, de 26 de dezembro de 2002** - Regulamenta o controle das internações psiquiátricas involuntárias (IPI) e voluntárias (IPV) de acordo com o disposto na Lei 10.216, de 6 de abril de 2002, e os procedimentos de notificação da Comunicação das IPI e IPV ao Ministério Público pelos estabelecimentos de saúde, integrantes ou não do SUS.
- **Portaria de Consolidação Nº 3** - Consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, anexo V, dispõe sobre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
- **Portaria de Consolidação Nº 5** - Consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, Capítulo III, dispõe sobre os programas de desinstitucionalização em Saúde Mental.
- **Portaria de Consolidação Nº 6** - Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no Capítulo III, dispõe sobre o financiamento da Rede de Atenção Psicossocial.
- **Portaria Nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017** - Altera as Portarias de Consolidação Nº3 e Nº6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências.
- **Portaria Nº 544, de 7 de maio de 2018** - Define diretrizes para o cadastro do novo porte de Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas do Tipo IV (CAPS AD IV) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e dá outras providências.
- **Resolução Nº 8, de 14 de agosto de 2019** - Dispõe sobre soluções preventivas de violação e garantidoras de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas.
- **Lei Federal Nº 13.840, de 05 de junho de 2019** - Altera as Leis nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Estadual:

- **Lei Estadual Nº 11.189, de 09 de novembro de 1995** - Dispõe sobre condições para internações em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares, de cidadãos com transtornos mentais.
- **Resolução SESA Nº 715/2013** - Institui o Incentivo Financeiro Estadual para implantação de CAPS AD III Regional e Unidade de Acolhimento Regional, na modalidade de repasse "Fundo a Fundo", na Rede de Atenção à Saúde Mental.



- **Resolução SESA Nº 374/2014** - Altera a Resolução SESA Nº 715/2013, referente ao Incentivo Financeiro do SIMPR.
- **Resolução SESA Nº 156/2016** - Institui complementação do valor das diárias para leitos de psiquiatria ofertados ao SUS e fixa diretrizes para adesão.
- **Resolução SESA Nº 339/2016** - Altera o Anexo I da Resolução SESA nº 156/2016 que dispõe sobre a complementação do valor das diárias para os estabelecimentos que atendem exclusivamente a especialidade de psiquiatria e que ofertam leitos SUS destinados ao atendimento de adultos e adolescentes.
- **Lei Estadual Nº 19.121, de 12 de setembro de 2017** - Institui o mês Junho Paraná Sem Drogas, dedicado a ações de esclarecimento e incentivo à prevenção e ao tratamento contra o uso indevido de drogas.
- **Resolução SESA Nº 777/2019** - Altera a Resolução SESA nº 639/2014, que institui a Comissão Revisora de Internações Psiquiátricas Involuntárias – CERIPI.